



4º Simulado

PCERJ

Inspetor e Investigador
Pós-Edital

Simulado

PCERJ Inspetor e Investigador

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da PCERJ;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da PCERJ.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o <https://bit.ly/Simulado-PCERJ-Inspetor-e-Investigador-14-11-2021> formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PCERJ-Inspetor-e-Investigador-27-11-2021>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Suellen Borges

01. “Uma vida completa é construída no dia a dia.”

Segundo essa frase,

- a) A cada dia completo que passa, os seres humanos fazem seus próprios momentos.
- b) Aos poucos é que se constrói uma vida plena.
- c) Não se constrói uma vida sem o estabelecimento de metas diárias completas.
- d) As experiências da vida cotidiana tornam os sujeitos mais completos em si mesmos.
- e) O dia a dia se torna completo quando construído aos poucos.

02. “Feliz é a alma que se regozija diariamente.”

Nessa frase, a palavra “regozija” é empregada com o sentido oposto ao que se apresenta em:

- a) “Tristeza, por favor, vá embora...”
- b) A inteligência é o farol que nos guia.
- c) Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.
- d) O amor é alado.
- e) “Tenho admiração por trabalho, dedicação e competência.”

03. “Para os crentes, Deus está no princípio das coisas. Para os cientistas, no final de toda reflexão.” Max Planck

Essa frase pode ser reescrita, mantendo-se o sentido original e sua correção gramatical tradicional, da seguinte forma:

- a) Deus é o começo de tudo e o fim de tudo está na reflexão.
- b) Cientistas encontram Deus no fim de seus questionamentos, ao passo que os crédulos o encontram no princípio dos fenômenos.
- c) Para os crédulos, Deus encontra-se no início da vida; mas, para os cientistas, ao término dos questionamentos.
- d) É para os crentes que Deus se principia, enquanto aos crédulos ele se encontra na conclusão.

- e) Deus é o princípio das coisas para os crentes, de sorte que, para os cientistas, ele é o fim.

04. Um pequeno cartaz na porta de um estabelecimento comercial traz a seguinte informação:

ÁLCOOL EM GEL

OBRIGADO

Nesse cartaz, a finalidade maior é:

- a) Vender um produto cuja demanda tem sido alta nos últimos meses.
- b) Agradecer o cliente pela compra de álcool em gel.
- c) Avisar que não se pode entrar no estabelecimento sem portar consigo álcool em gel.
- d) Advertir o usuário quanto ao uso de álcool em gel.
- e) Esclarecer o usuário acerca da disponibilidade de álcool em gel à venda no estabelecimento.

05. A frase abaixo em que ocorre ambiguidade é:

- a) Há alguns minutos, Paula falou ao esposo que tinha chegado.
- b) Maria caiu no recreio, mas não se machucou.
- c) O concurso foi suspenso pela enésima vez.
- d) Estudamos muito, a fim de conquistar nossos objetivos.
- e) A pilha de livros está em cima da mesa.

06. “Como estava fazendo muito frio, resolvemos nos agasalhar.”

Esse trecho é formado por duas orações. A segunda oração, em relação a primeira, mostra uma:

- a) informação comprovadora do que é escrito antes.
- b) retificação do pensamento expresso na primeira oração;
- c) explicação necessária do porquê se agasalhar;
- d) manifestação da consequência de um fato exposto na primeira oração;
- e) oposição a um pensamento já expresso;

07. A frase que exemplifica um caso de linguagem figurada é:

- a) O concurseiro, ele insiste em ser aprovado.
- b) O relatório foi entregue aos professores conforme o combinado.
- c) Alguns concurseiros estudam às madrugadas.
- d) Várias páginas do livro estavam rasgadas.
- e) O local de prova não foi alterado.

08. “Uma vida não questionada não merece ser vivida.”
(Platão)

Segundo esse pensamento,

- a) Não é possível viver uma vida sem fazer questionamentos.
- b) As perguntas humanas não são dignas de serem feitas.
- c) Questionamentos não feitos aos fenômenos da vida fazem-na não valer a pena, de certa forma.
- d) Indagações são ferramentas importantes para se viver bem.
- e) Convém fazer perguntas à vida.

09. No segmento adaptado de Maquiavel “Todos veem o que você parece ser. Poucos sabem o que você realmente é.”, caso se inserisse uma expressão entre as palavras “ser” e “Poucos”, com os ajustes gramaticais necessários, mas sem haver prejuízo do sentido, o termo adequado seria:

- a) inclusive
- b) malgrado
- c) não obstante
- d) embora
- e) mas

10. No segmento “Não há quem aprenda alguma coisa simplesmente por tê-la ouvido, e quem não se esforça sozinho em certas coisas acaba por conhecê-las apenas de modo superficial e pela metade.” (J. Eckermann), as formas “la”, em “tê-la”, e “las”, em “conhecê-las”, comportam-se como estruturas coesivas porque

- a) são pronomes pessoais retos e retomam, por anáfora, expressões anteriormente colocadas.
- b) são pronomes pessoais oblíquos e aduzem, por catáfora, a expressões anteriormente colocadas.
- c) são pronomes pessoais átonos e retomam, por catáfora, expressões anteriormente colocadas.
- d) são pronomes pessoais dêiticos e relativizam, por anáfora, expressões anteriormente colocadas.
- e) são pronomes pessoais oblíquos e recuperam, por anáfora, expressões anteriormente colocadas.

11. No segmento “Não há quem aprenda alguma coisa simplesmente por tê-la ouvido, e quem não se esforça sozinho em certas coisas acaba por conhecê-las apenas de modo superficial e pela metade.” J. Eckermann, as formas “la”, em “tê-la”, e “las”, em “conhecê-las”

- a) foram colocadas no texto para evitar repetição de palavras.
- b) apontam para “coisa” e “coisas”, respectivamente, e se classificam como pronomes dêiticos.
- c) integram formas pronominais resultantes da retirada do r das formas verbais às quais estão ligadas, operação que também ocorre com verbos terminados em s, z, m, n.
- d) encontram-se em posição proclítica;
- e) podem ser substituídas por “coisas” e “coisa”, respectivamente, fazendo-se os devidos ajustes frasais.

12. Nas frases abaixo, ocorre emprego de parônimos. A única sentença cujos termos estão completamente corretos é:

- a) Após a corrida no Teste de Aptidão Física, o candidato soou bastante.
- b) As atividades lúdicas do fim de semana serão voltadas à recriação dos menores de idade.
- c) Estou indisponível para o lazer, dado que me encontro profundamente emergido nos estudos.
- d) As autoridades foram cumprimentadas uma a uma na solenidade de formatura.
- e) Meu bolso não aguenta mais ter de concertar o carro todo mês.

13. Observe o texto:

“O Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) afirma que as polícias Militar e Civil não têm o dever de comunicar ações rotineiras ao órgão, responsável pelo controle externo da atividade policial. A Promotoria diz que nem toda ação policial que resulta em morte, prisões ou disparo de arma de fogo pode ser considerada uma operação policial para fins de comunicação. (...) Na quarta-feira, 24, A Folha mostrou que levantamento produzido pelo Geni-UFF (Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense) em parceria com o laboratório de dados Fogo Cruzado concluiu que quase metade das operações policiais realizadas entre junho e novembro de 2020 não foram comunicadas ao Ministério Público. No caso da Polícia Civil, a subnotificação foi de 91%. (...)”

(Fonte:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/11/policia-nao-precisa-informar-acao-rotineira-diz-ministerio-publico-do-rio-de-janeiro.shtml>)

Desse trecho, pode-se inferir que

- a) as polícias do Rio de Janeiro devem comunicar as instituições como GENI-UFF e laboratório de dados “Fogo Cruzado” caso aconteça morte, prisão ou disparo de arma de fogo durante alguma de suas operações policiais.
- b) para o Ministério Público do Rio de Janeiro, algumas operações policiais devem ser reportadas ao órgão, à exceção das que terminarem em morte, prisões ou disparo de arma de fogo, por exemplo.
- c) o GENI-UFF pesquisa as ilegalidades que ocorrem entre os agentes de segurança pública no Rio de Janeiro.
- d) a comunicação das atividades de rotina aos órgãos de fiscalização, como o Ministério Público do Rio de Janeiro, não precisa acontecer sempre, exceto se houver subnotificação.
- e) existem operações policiais que terminam em morte, prisões ou disparos de arma de fogo, mas não necessariamente precisam ser comunicadas ao órgão de fiscalização.

14. Observe as frases abaixo.

Todo escrivão de polícia trabalha exaustivamente.

Josué trabalha exaustivamente.

A sentença que completa adequadamente esse raciocínio é:

- a) Josué trabalha como escrivão de polícia.
- b) O escrivão de polícia trabalha exaustivamente.
- c) Alguns homens são escrivães de polícia como Josué.
- d) Josué também trabalha exaustivamente.
- e) Josué é escrivão de polícia.

15. Observe o texto a seguir, adaptado:

“(...) questiona-se: a quem a legalização da maconha trará benefícios? A pesquisadora americana Dra. Nora Volkow cita que décadas de legislações errôneas ou condescendentes em relação às drogas legais e ilegais impuseram à nossa sociedade um terrível preço a ser pago em termos de saúde. Está claro que o efeito da exposição à nicotina e do uso de álcool sobre a morbidade e a mortalidade é enorme.”

Fonte: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/em-live-senapred-lanca-tres-cartilhas-sobre-cuidados-e-prevencao-as-drogas/cartilha3-argumentos-contr-a-legalizacao-da-maconha-1.pdf>>

Nesse texto, é possível constatar que o argumentador

- a) critica uma opinião.
- b) endossa uma opinião alheia com base na ciência.
- c) confronta diversas opiniões que circulam socialmente.
- d) apresenta uma opinião pessoal e a fundamenta.
- e) demonstra que sua opinião é inquestionável.

16. Leia o texto a seguir:

“Na boca do povo, trata-se de uma atitude da qual um dos efeitos colaterais é o implante, na testa do cônjuge, de um par de pontiagudos e abaulados cones feitos de substância córnea. Cabe numa só e áspera palavra – adultério –, e até tempos recentes (2005) era crime previsto no Código Penal. Sua comprovação demandava um “flagrante de adultério”, procedimento não apenas de mau gosto como, não raro, de consequências mais devastadoras que a traição em si. O consolo é ter servido de inspiração para alguns de nossos melhores cronistas. (...)”
Fonte: <<https://cronicabrasileira.org.br/res-do-chao/16241/quando-se-pula-a-cerca>>

Um texto tem como uma de suas características a coesão, ou seja, os pontos de ligação entre seus diversos elementos. Entre os elementos do fragmento do texto, aquele que NÃO funciona como elemento de coesão é:

- a) da qual (1º período)
- b) e (2º período)
- c) sua (3º período)
- d) procedimento (3º período)
- e) cronistas (4º período)

17. Na redação de um texto, pode ocorrer uma série de dificuldades com vocábulos da língua portuguesa; das palavras abaixo, as que estão graficamente corretas são:

- a) cabeçário, prosódia
- b) empecílio, grandiloquente
- c) metereologia; lânguido
- d) meretíssimo; excelência
- e) supérfluo; prazeroso

18. Observe as frases a seguir:

O jovem tem um sonho. O jovem tem um foco. O foco do sonho desse jovem é ser aprovado.

Uma forma adequada de juntar essas frases numa só, de modo a evitar a repetição de palavras e manter a sequência lógica e coerente, é:

- a) O jovem tem um sonho de ser aprovado.
- b) O foco do sonho no jovem é ser aprovado.

- c) O jovem tem um sonho cujo foco é ser aprovado.
- d) Ser aprovado no sonho é o foco do jovem.
- e) O jovem cujo sonho é um foco de ser aprovado.

19. Observe a seguinte situação:

Anos depois de um evento esportivo na cidade, dois eleitores veem o anúncio governamental da conclusão de um sistema de transporte público que estava previsto para inaugurar para o evento que já terminou; no meio da conversa dos dois, a frase que deve ser encarada como ironia é:

- a) Puxa vida! Só agora?
- b) Estou decepcionado. Vou votar nulo nas próximas eleições!
- c) Espero que, pelo menos, o transporte público seja confortável!
- d) Quanta eficiência nessa administração pública!
- e) Acho que faltou recurso, com a crise dos subprimes.

20. Um conselheiro do governador local envia-lhe uma mensagem: “O Imperador virá à província só para prestigiar a solenidade!” Nesse caso, o termo SÓ tem o mesmo valor em:

- a) Beijei-o só, porque ele é cheiroso;
- b) Quero descansar só depois da prova.
- c) Só você consegue me ajudar.
- d) Só entrei na festa para comer bolo;
- e) Do meu ventre, só nasceram duas crias.

21. “Trouxe a filha e lhe explicou: Nunca mais irei abandonar você.” Nesse segmento, “Nunca mais irei abandonar você” é exemplo de discurso direto; colocando a frase em discurso indireto precedido da forma verbal “explicou”, a forma adequada seria:

- a) que nunca mais irá abandoná-la;
- b) que não iria abandoná-la nunca mais;
- c) que não iria abandonar você nunca mais;
- d) que iria abandonar você nunca mais;
- e) que nunca mais irá abandonar você.

22. Um comentário sobre um treinamento militar dizia: “É bom porque é ruim, seria melhor se fosse pior.”. A frase abaixo que possui idêntico significado ao desse comentário é:

- a) O sofrimento enobrece o homem.
- b) Fácil demais, perde-se o interesse.
- c) Treino duro, combate fácil.
- d) Daqui pra frente, só pra trás!
- e) Quanto maior o monte, maior a queda!

23. Eis o texto de uma campanha motivacional de uma empresa: “Se você melhorar 1% todos os dias, em um ano você terá melhorado 365%.”. A imprecisão que prejudica a mensagem nesse pequeno texto é:

- a) a formalidade da linguagem empregada;
- b) a extensão demasiada das frases;
- c) o erro matemático nos pontos percentuais;
- d) a preocupação excessiva com a clareza da mensagem;
- e) a presença de marcas da linguagem oral.

24. Um fabricante de mobília doméstica colocou no anúncio em loja a seguinte frase: “Black Friday Relâmpago: Móveis por esse preço não vão durar nada!”. Sobre essa frase publicitária, é correto afirmar que:

- a) ocorre a valorização do produto por conta de sua durabilidade;
- b) a mesma expressão pode referir-se a ‘imóveis’ em uma imobiliária, sem danos à qualidade do anúncio;
- c) o trecho “Black Friday Relâmpago” indica a causa da oração a seguir;
- d) a expressão “não vão durar nada” mostra valor ambíguo, podendo ser prejudicial ao anúncio;
- e) o objetivo do anunciante é deixar claro no anúncio que os móveis são de baixa qualidade.

25. A frase abaixo em que o verbo ‘economizar’ pode adquirir sentido positivo ou negativo, conforme a situação comunicativa, é:

- a) Nunca é tarde para aprender a economizar e a investir.
- b) Economizando, a prosperidade um dia chega.
- c) O Ministério economizou R\$3 bilhões com a eliminação de desperdícios.
- d) Desde a pandemia, só temos economizado.
- e) A frota veicular com GNV economiza muito combustível.

26. O segmento em que a substituição do termo sublinhado foi feito de forma INADEQUADA é:

- a) Problema de audição / problema auditivo
- b) Colar de pescoço / colar cervical
- c) Crime de paixão / crime passionai
- d) Jogada de mestre / jogada magistral
- e) Corrente de vento / corrente ventoal

27. “O que não provoca minha morte faz com que eu fique mais forte.”

Da forma como é estruturada, essa frase tem perfil textual

- a) injuntivo.
- b) prescritivo;
- c) descritivo;
- d) narrativo;
- e) instrucional.

28. Em todas as frases abaixo foram empregadas formas do tempo verbal do imperfeito (indicativo ou subjuntivo); a frase em que essa forma verbal tem o valor de ação passada dentro da qual ocorre outra é:

- a) Sua esposa fazia uma deliciosa sobremesa;
- b) Enquanto corriam, caíram as lágrimas;
- c) O jovem sonhava em ser médico;
- d) Se tivesse tempo, sairia com seus amigos;
- e) Vejam só quem fez essa bagunça.

29. Um diálogo entre irmãos:

- A Aline já fez a janta?

- Ainda está saindo da igreja.

a) o advérbio já indica que a ação terminará em breve;

b) o advérbio ainda indica que a ação de sair não está em processo;

c) o advérbio já na primeira frase indica que Aline fez o jantar antes do previsto;

d) a segunda frase mostra que Aline já chegou ao local;

e) os advérbios já e ainda se referem, ambos, a tempo.

30. Na frase “O Homem não tem porto, o tempo não tem margem”, pode-se substituir a vírgula por um conectivo de determinado valor semântico. Nesse caso, o conectivo adequado é:

a) mas

b) conquanto

c) embora

d) mas também

e) logo

DREITO CONSTITUCIONAL

Emerson

31. Roberta, vereadora, que residia em área contígua a uma grande reserva florestal, observou que todos os dias, durante a noite, empregados de uma construtora promoviam o desmatamento da área. O objetivo, segundo as informações que obteve, era o de permitir a construção de uma estrada. Maria poderá ajuizar uma ação de natureza constitucional para impedir o desmatamento da área. Essa ação é:

a) a reclamação constitucional;

b) o mandado de segurança;

c) o mandado de injunção;

d) a ação civil pública;

e) a ação popular.

32. A República Federativa do Brasil celebrou tratado internacional sobre Direitos Humanos. A respeito da incorporação desse tratado à ordem jurídica interna, é correto afirmar, considerando a sistemática

estabelecida na Constituição da República, que ele equivalerá

a) sempre à lei ordinária.

b) sempre à lei complementar.

c) sempre à emenda constitucional.

d) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por três quintos dos votos dos membros.

e) a emenda constitucional, se cada Casa do Congresso aprová-lo, em dois turnos, por dois terços dos votos dos membros.

33. A Constituição da República de 1988 tem como regra geral a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos. Ocorre que o texto constitucional autoriza tal acumulação em casos excepcionais, quando houver compatibilidade de horários, como na hipótese de:

a) dois cargos de nível técnico ou científico;

b) dois cargos da área de educação;

c) dois cargos da área jurídica;

d) um cargo de magistrado estadual com um cargo de professor;

e) um cargo de professor com outro de prestador de serviço público.

34. O servidor público Pedro, em exercício na Secretaria Estadual de Transportes do Estado X, é questionado sobre a aplicação de determinada norma federal incidente sobre ato a ser praticado no âmbito da sua repartição pública. Pesquisando o tema, apresenta breve nota, em que indica a necessidade de complementação normativa sobre o tema.

Observado o enunciado, uma das competências previstas para o Presidente da República, na Constituição Federal, aplicáveis ao caso, consiste em

a) sancionar leis.

b) vetar projetos de lei.

c) organizar a administração.

d) celebrar convenções.

e) expedir regulamentos.

35. A Constituição de 1988 atribuiu a diversos órgãos o dever de zelar pela segurança pública. A respeito da divisão de competências entre esses órgãos, é correto afirmar que:

- a) a polícia federal deve realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- b) a polícia marítima federal é responsável pelas funções de polícia portuária;
- c) a polícia aeronáutica federal é responsável pelas funções de polícia aeroportuária;
- d) à guarda municipal incumbe a preservação da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio;
- e) as polícias militares realizam a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

36. Segundo o Art. 144, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, a segurança viária, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compete

- a) ao governo federal, pelo seu Departamento Nacional de Trânsito.
- b) aos agentes de segurança privados contratados pelas concessionárias das vias públicas.
- c) às guardas estadual e municipal, regulamentadas na forma da lei.
- d) à polícia estadual, municipal ou do Distrito Federal, conforme o caso.
- e) aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito.

37. Cada Estado nacional tem a liberdade de definir aqueles que serão os seus nacionais por meio do estabelecimento de regras gerais quanto ao direito à nacionalidade. No caso do Brasil, são considerados brasileiros

- a) os nascidos no estrangeiro, de pais de qualquer nacionalidade, desde que qualquer um deles estivesse a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileiros, desde que registrados em repartição brasileira competente.
- c) os nascidos no estrangeiro, filhos de pai ou mãe brasileiros, desde que venham a residir no país e optem, antes de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- d) os nascidos no estrangeiro, sem qualquer outra condição, desde que filhos de pai e mãe brasileiros.
- e) os nascidos em país com o qual o Brasil mantenha tratado de dupla cidadania.

38. Determinado Estado da Federação editou lei ordinária estadual dispondo sobre desapropriação, inclusive estabelecendo normas gerais e abstratas sobre nova modalidade de desapropriação e seu respectivo procedimento. Instado a se manifestar sobre a matéria, o Procurador-Geral de Justiça deve apontar a:

- a) constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente à União, Estados e Distrito Federal legislar sobre desapropriação;
- b) constitucionalidade da lei, pois compete concorrentemente a Estados, Distrito Federal e Municípios legislar sobre desapropriação;
- c) inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre desapropriação, diante de evidente interesse local;
- d) inconstitucionalidade da lei, pois compete privativamente à União legislar sobre desapropriação;
- e) constitucionalidade da lei, pois compete privativamente aos Estados legislar sobre desapropriação.

39. Zélia, Deputada Estadual, após constatar que a União e os Estados tinham competência concorrente para legislar sobre determinada matéria, solicitou que sua assessoria analisasse os limites da atuação da Assembleia Legislativa nessa temática, sendo-lhe respondido corretamente que:

- a) caso a União discipline integralmente a matéria, será vedado que o Estado nela incursione;
- b) o Estado pode legislar livremente sobre a matéria e, no caso de divergência da lei local com a da União, aquela prevalece;
- c) o Estado terá competência plena caso a União não tenha editado lei veiculando normas gerais sobre a matéria;
- d) o Estado somente poderá suplementar a lei federal caso esta o autorize expressamente;
- e) o Estado pode editar normas gerais sobre a matéria, mas deve observar os pontos específicos disciplinados pela União.

40. Assinale a alternativa que apresenta hipótese de suspensão dos direitos políticos.

- a) Incapacidade civil absoluta
- b) Cancelamento da naturalização por sentença, ainda que não transitada em julgado.
- c) Condenação em ação popular.
- d) Qualquer condenação criminal.
- e) Prisão do cidadão.

41. Evilásio sempre trabalhou sem vínculo formal, realizando tarefas eventuais para pessoas naturais e pessoas jurídicas. Com o passar dos anos, os males do trabalho desgastante diminuíram sua capacidade de suportar longas jornadas, impedindo a assunção de tarefas que efetuava corriqueiramente. Com base nas normas constitucionais, diante da necessidade premente de sobrevivência, deve o Estado ampará-lo, conferindo-lhe remuneração, diante da proteção, como direito social à

- a) previdência.
- b) moradia.
- c) saúde.
- d) assistência.

e) sobrevivência.

42. André, oficial de justiça, recebeu determinação judicial para que procedesse à busca e apreensão de determinado objeto que estava no interior da residência de Marcos. À luz dos dispositivos estabelecidos exclusivamente na sistemática constitucional e partindo-se da premissa de que foram cumpridas as exigências da lei processual, André:

- a) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, independentemente do dia da semana;
- b) precisa cumprir o mandado durante o dia, independentemente do dia da semana;
- c) pode cumprir o mandado em qualquer horário do dia ou da noite, mas apenas em dias úteis;
- d) precisa ingressar na residência de Antônio com o consentimento deste último;
- e) deve cumprir o mandado durante o dia e em dias úteis.

43. Roberto, servidor público, após preencher todos os requisitos exigidos para a aposentadoria por tempo de serviço, requereu o deferimento do benefício junto ao órgão competente, instruindo o requerimento com todos os documentos exigidos pela legislação de regência. O requerimento, no entanto, foi indeferido de modo ilegal e arbitrário. No dia em que tomou conhecimento do indeferimento, Roberto solicitou que seu advogado ingressasse com a ação constitucional cabível, de modo que pudesse obter o benefício. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a referida ação é o

- a) Mandado de Segurança.
- b) Mandado de Injunção.
- c) Direito de Petição.
- d) Habeas Corpus.
- e) Habeas Data.

44. A Constituição Federal/88 prevê que os atos de improbidade administrativa praticados por servidor público importarão as medidas apresentadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) suspensão dos direitos políticos.
- b) perda da função pública.
- c) indisponibilidade dos bens.
- d) ressarcimento ao erário.
- e) prisão administrativa.

45. O art. 144, da Constituição da República dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através de alguns órgãos, como:

- a) a polícia federal, à qual cabe o patrulhamento ostensivo das rodovias federais;
- b) as polícias civis, às quais cabem a proteção de bens, serviços e instalações dos Municípios;
- c) as polícias militares, às quais cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública;
- d) as guardas municipais, às quais cabem as funções de polícia judiciária municipal e a apuração de infrações penais;
- e) as forças armadas, às quais cabem as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

46. A respeito da organização da Administração Pública, considere os seguintes itens.

- I – Os conselhos fiscalizadores da atividade profissional possuem natureza jurídica de autarquias, podendo exercer o poder de polícia administrativa.
- II - A sociedade de economia mista é considerada uma empresa estatal com personalidade jurídica de direito privado e pode ser constituída apenas sob a forma de sociedade anônima.
- III – De acordo com o sentido orgânico, a administração pública refere-se ao conjunto de órgãos e agentes públicos, integrantes das pessoas jurídicas de direito público e privado, encarregados de exercer a função administrativa da atividade estatal.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

47. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

48. A súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, ao tratar da autotutela administrativa, dispõe que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial". Essa atribuição é relacionada com qual poder administrativo?

- A) regulamentar.
- b) de polícia.
- c) hierárquico.
- d) disciplinar.
- e) vinculado.

49. Tício estacionou o seu veículo em local onde era proibido parar e estacionar. Duas horas depois, ao retornar ao local, foi informado que agentes de trânsito haviam guinchado o seu veículo para um depósito público, ante ao fato de seu carro estar impedindo a circulação de outros veículos. Diante do fato hipotético, assinale a alternativa que contém o atributo que autoriza os agentes públicos a executar diretamente suas decisões e o poder administrativo correspondente.

- a) discricionariedade; poder de polícia.
- b) coercibilidade; poder vinculado.
- c) tipicidade; poder disciplinar.
- d) autoexecutoriedade; poder de polícia.
- e) imperatividade; poder de polícia.

50. A respeito de atos administrativos, analise os seguintes itens como verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a sequência correta.

- () Os atestados e certidões são atos administrativos classificados como enunciativos.
- () Competência, finalidade, forma, motivação e objeto são elementos dos atos administrativos.
- () Os atos negociais são dotados do atributo da imperatividade.
- () Todos os atos administrativos são presumidamente verdadeiros e legais até que haja prova em contrário.

- a) V - V - V - V.
- b) V - F - F - V.
- c) F - V - V - F.
- d) F - V - F - F.
- e) V - F - V - F

51. O ato administrativo formado pela manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, a exemplo da aposentadoria, denomina-se

- a) ato composto.
- b) ato de expediente.
- c) ato simples.
- d) atos gerais.
- e) ato complexo.

52. De acordo com as disposições constitucionais, são hipóteses de perda do cargo do servidor estável, exceto:

- a) em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- c) pela extinção do cargo.
- d) em virtude do corte de excesso de despesas.
- e) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

53. A simples comprovação da existência do dano e do nexo causal entre este e a atividade estatal é suficiente para que o Estado tenha o dever de indenizar, não se admitindo nenhuma excludente de responsabilidade. Esse conceito refere-se à teoria

- a) do risco integral.
- b) da culpa administrativa.
- c) do risco administrativo.
- d) da culpa civil.
- e) civilista

54. Acerca da responsabilidade civil do Estado, considere os seguintes itens.

I- Em se tratando de conduta omissiva, a responsabilidade civil do Estado será objetiva.

II- Caso a vítima tenha, de forma concorrente, influenciado para a ocorrência do evento danoso, a responsabilidade civil do Estado será atenuada.

III- Mesmo que o dano causado resulte de ato lícito, em se tratando de comportamento comissivo, o Estado poderá ser responsabilizado civilmente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

55. O controle exercido pela administração pública direta sobre as pessoas jurídicas integrantes sobre a administração pública indireta, cuja classificação se dá pela amplitude, é denominado

- a) controle hierárquico.
- b) controle interno.
- c) controle de legalidade.
- d) controle finalístico.
- e) controle de mérito.

56. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

57. Considerando as disposições do Decreto nº 3.044 de 22 de janeiro de 1980, que trata estatuto dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta acerca das penas disciplinares.

- a) Não será considerado para a aplicação das penas disciplinares a repercussão do fato.
- b) A falta prevista como crime na lei penal não prescreverá juntamente com este.
- c) São previstas como penas disciplinares apenas a advertência, suspensão, repreensão, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- d) A relevância de serviços prestados é considerada uma circunstância atenuante.
- e) A pena de repreensão será aplicada, por escrito ou verbalmente, nos casos de falta leve, em caráter reservado.

58. Nos termos do Decreto Estadual 3.044/80, que trata dos policiais civis do Estado do Rio de Janeiro, julgue os itens a seguir a respeito das licenças que poderão ser concedidas aos policiais.

I- Licença para acompanhar o cônjuge.

II - Licença para tratar de interesses particulares.

III- Licença para desempenho de mandato legislativo ou executivo.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

59. De acordo com o Decreto Estadual nº 2.479/1979, assinale a alternativa correta.

- a) Reintegração é o retorno ao serviço público estadual do funcionário colocado em disponibilidade.
- b) A readaptação dependerá sempre de prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente.
- c) O funcionário estável só poderá ser readaptado ex officio em função mais compatível, por motivo de saúde ou incapacidade física.
- d) A nomeação será feita em comissão, quando se tratar de cargo de classe singular ou de cargo de classe inicial de série de classes.
- e) A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado, contudo, se o cargo foi alterado, o reintegrado será colocado em disponibilidade.

60. Considerando as disposições do Decreto nº 2.479 de 08 de março de 1979, que trata do estatuto dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, a respeito do tempo de serviço assinale a alternativa incorreta.

- a) A apuração do tempo de serviço será feita em dias, podendo ser considerado o exercício de função gratuita.
- b) O funcionário suspenso disciplinar ou preventivamente, ou preso administrativamente, será afastado do exercício do cargo.
- c) A falta abonada é considerada, para todos os efeitos, presença ao serviço.
- d) O funcionário entrará em exercício no prazo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de nomeação em cargo efetivo.
- e) Será considerado como de efetivo exercício o afastamento por motivo de recolhimento à prisão, se absolvido afinal.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

61. Considerando-se a legislação e o entendimento jurisprudencial vigente, é correto afirmar que caracteriza causa de extinção da punibilidade

- a) o pedido de perdão ao ofendido, independentemente de ele aceitar ou não o perdão.
- b) a comutação das penas.
- c) a retratação feita pelo réu acusado do crime de calúnia contra pessoa morta.
- d) a restituição voluntária, pelo indiciado, do bem subtraído no furto, se feita antes do oferecimento da denúncia.
- e) a devolução, à Previdência Social, de valores percebidos ilicitamente quando da prática de estelionato previdenciário.

62. Paulo é médico concursado da rede pública de saúde e, no desempenho desse cargo público, costuma registrar o ponto e, em seguida, se retirar do hospital, deixando de cumprir sua carga horária de trabalho.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STJ, Paulo pratica

- a) peculato.
- b) corrupção.
- c) concussão.
- d) estelionato qualificado.
- e) conduta atípica.

63. O ingresso de chip de aparelho celular em estabelecimento prisional configura:

- a) desobediência.
- b) favorecimento real.
- c) introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional.
- d) favorecimento pessoal.
- e) conduta atípica.

64. Segundo o entendimento do STJ, a realização de saques indevidos na conta-corrente de uma pessoa sem o seu consentimento, por meio da clonagem do cartão e da senha, caracteriza

- a) estelionato.
- b) falsidade ideológica.
- c) apropriação indébita.
- d) furto mediante fraude.
- e) conduta atípica.

65. Tiago, movido por um sentimento de posse, disparou dois tiros contra sua companheira, Laura, que morreu em razão dos ferimentos causados pelos disparos. Laura estava grávida de seis meses e, quando da prática do crime, Tiago sabia da gravidez dela.

Nessa situação hipotética, Tiago praticou

- a) o crime de feminicídio apenas.
- b) os crimes de homicídio qualificado por motivo torpe, feminicídio e aborto.
- c) o crime de feminicídio em concurso com o de aborto.
- d) os crimes de homicídio qualificado por motivo torpe e feminicídio apenas.
- e) o crime de feminicídio em concurso com o de aborto na modalidade culposa.

66. Em razão da situação política do país, foi elaborada e publicada, em 01.01.2017, lei de conteúdo penal prevendo que, especificamente durante o período de 01.02.2017 até 30.11.2017, a pena do crime de corrupção passiva seria de 03 a 15 anos de reclusão e multa, ou seja, superior àquela prevista no Código Penal, sendo que, ao final do período estipulado na lei, a sanção penal do delito voltaria a ser a prevista no Art. 317 do Código Penal (02 a 12 anos de reclusão e multa). No dia 05.04.2017, determinado vereador pratica crime de corrupção passiva, mas somente vem a ser denunciado pelos fatos em 22.01.2018. Considerando a situação hipotética narrada, o advogado do vereador denunciado deverá esclarecer ao seu cliente que, em caso de condenação, será aplicada a pena de:

- a) 02 a 12 anos, observando-se o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

b) 03 a 15 anos, diante da natureza de lei temporária da norma que vigia na data dos fatos

c) 02 a 12 anos, observando-se o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica

d) 03 a 15 anos, diante da natureza de lei excepcional da norma que vigia na data dos fatos.

e) 02 a 12 anos, aplicando-se, por analogia, a lei penal mais favorável ao réu.

67. Os crimes previstos no Código Penal e na legislação extravagante podem ser classificados levando-se em consideração diversos fatores, como conduta, resultado, sujeito ativo, dentre outros. Sobre o tema em questão, de acordo com a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que os crimes classificados como

a) omissivos impróprios não admitem tentativa.

b) próprios não admitem responsabilização de eventual partícipe que não possua a qualidade exigida pelo tipo penal, ainda que um dos agentes preencha o requisito legal.

c) formais não preveem no tipo a existência de resultado naturalístico, de modo que restam consumados com a realização do verbo núcleo.

d) permanentes não admitem que a lei penal nova mais grave seja aplicada ao agente, ainda que sua vigência seja anterior à cessação da permanência, em respeito à irretroatividade da lei penal mais gravosa.

e) não transeuntes são aqueles que deixam vestígios.

68. Carlos, guarda municipal, durante seu horário de trabalho, verifica que Joana, declarando-se vendedora de roupas, aproxima-se de Marta e passa a lhe mostrar as saias que teria para venda. Enquanto Marta analisava as roupas apresentadas, Joana, aproveitando-se da situação criada, pega o telefone celular de Marta, que estava em cima do banco. Em seguida, Joana tenta deixar o local dos fatos, levando o telefone e as saias, pois, na verdade, não era vendedora, mas vem a ser presa em flagrante por Carlos. Encaminhada à Delegacia e confirmados os fatos, Joana deverá ser responsabilizada pelo crime de

- a) furto simples.
- b) furto mediante fraude.
- c) estelionato simples.
- d) apropriação indébita simples.
- e) apropriação indébita majorada pela fraude.

69. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território do Uruguai, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, argentino residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos. Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.
- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro
- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.
- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

70. Henrique, não aceitando o fim do relacionamento, decide matar Paola, sua ex-namorada. Para tanto, aguardou na rua a saída da vítima do trabalho e, após, desferiu-lhe diversas facadas na barriga, sendo estas lesões a causa eficiente de sua morte. Foi identificado por câmeras de segurança, porém, e denunciado pela prática de homicídio consumado. Em relação ao crime de lesão corporal, é correto afirmar que Henrique não foi denunciado com base no princípio da:

- a) especialidade.
- b) subsidiariedade expressa.
- c) alternatividade.
- d) subsidiariedade tácita.
- e) consunção.

71. No dia 02.01.2018, Jéssica, nascida em 03.01.2000, realiza disparos de arma de fogo contra Ana, sua inimiga, em Santa Luzia do Norte, mas terceiros que presenciaram os fatos socorrem Ana e a levam para o hospital em Maceió. Após três dias internada, Ana vem a falecer, ainda no hospital, em virtude exclusivamente das lesões causadas pelos disparos de Jéssica. Com base na situação narrada, é correto afirmar que Jéssica:

- a) não poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o momento do crime e a Teoria da Ubiquidade para definir o lugar.
- b) poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o momento do crime e a Teoria da Atividade para definir o lugar;
- c) poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria da Ubiquidade para definir o momento do crime e a Teoria da Atividade para definir o lugar;
- d) não poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria da Atividade para definir o momento do crime e apenas a Teoria do Resultado para definir o lugar;
- e) poderá ser responsabilizada criminalmente, já que o Código Penal adota a Teoria do Resultado para definir o momento do crime e a Teoria da Ubiquidade para definir o lugar.

72. Após intenso debate político repleto de ofensas, Ana, 40 anos, e Maria, 30 anos, iniciam uma longa discussão. Ana, revoltada com o comportamento agressivo de Maria, arremessa uma faca em direção a esta com a intenção de causar sua morte, mas a arma branca acaba por atingir Joana, criança de 13 anos, que passava pela localidade, sendo o golpe de faca no coração a causa eficiente de sua morte. Descobertos os fatos pelo Ministério Público, considerando apenas as informações narradas, é correto afirmar que Ana deverá ser responsabilizada pelo crime de homicídio

- a) doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de execução
- b) culposo consumado, em razão do erro sobre a pessoa.
- c) culposo consumado, em razão do erro de execução.
- d) doloso consumado sem a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro de pessoa.
- e) consumado com a causa de aumento da idade da vítima, em razão do erro sobre a pessoa.

73. Durante uma tragédia causada pela natureza, Júlio, que caminhava pela rua, é arrastado pela força do vento e acaba se chocando com uma terceira pessoa, que, em razão do choque, cai de cabeça ao chão e vem a falecer. Sobre a consequência jurídica do ocorrido, é correto afirmar que:

- a) a tipicidade do fato restou afastada por ausência de tipicidade formal, apesar de haver conduta por parte de Júlio;
- b) a tipicidade do fato restou afastada, tendo em vista que não houve conduta penal por parte de Júlio.
- c) o fato é típico, ilícito e culpável, mas Júlio será isento de pena em razão da ausência de conduta;
- d) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica e ilícita, não é culpável, devendo esse ser absolvido;
- e) a conduta praticada por Júlio, apesar de típica, não é ilícita, devendo esse ser absolvido.

74. José, pretendendo praticar crime de peculato, ingressa em repartição pública com a chave que possuía em razão do cargo, na parte da noite, com o objetivo de subtrair um computador da repartição. Quando estava no interior do local, todavia, pensa sobre as consequências da sua conduta e que sua família dependia financeiramente dele, razão pela qual deixa o local sem nada subtrair. O segurança do local, todavia, informado por notícia anônima sobre a intenção de José, o aborda na saída da repartição e realiza sua prisão em flagrante.

Considerando as informações narradas, é correto afirmar que a conduta de José:

- a) não configura conduta típica em razão do arrependimento eficaz.
- b) não configura conduta típica em razão da desistência voluntária.
- c) não configura crime em razão do arrependimento posterior.
- d) configura tentativa de peculato em razão do arrependimento eficaz.
- e) configura tentativa de peculato em razão da desistência voluntária.

75. No Direito Penal, a doutrina costuma reconhecer o concurso de pessoas quando a infração penal é cometida por mais de uma pessoa, podendo a cooperação ocorrer através de coautoria ou participação. Sobre o tema, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar que:

- a) o auxílio material é punível se o crime chegar, ao menos, a ser cogitado.
- b) as circunstâncias de caráter pessoal, diante de sua natureza, não se comunicam, ainda que elementares do crime.
- c) em sendo de menor importância a participação ou coautoria, a pena poderá ser reduzida de um sexto a um terço.
- d) a teoria sobre concurso de agentes adotada pela legislação penal brasileira, em regra, é a dualista.
- e) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

76. Sobre cadeia de custódia e a prova pericial, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte;
- b) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, sem necessidade de responder aos quesitos formulados pela autoridade;
- c) O exame de corpo de delito somente poderá ser feito em dia útil da semana e a qualquer hora;
- d) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto;
- e) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.

77. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- c) Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.
- d) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o procedimento investigatório no prazo de 5 dias.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

78. Acerca da lavratura do auto de prisão em flagrante, assinale a alternativa correta.

- a) a falta de testemunhas da infração penal impedirá o auto de prisão em flagrante;
- b) na falta ou impedimento do escrivão, a autoridade policial somente poderá designar agentes policiais para lavrar o auto de prisão, devendo estes prestarem compromisso legal;
- c) quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por uma testemunha que tenha ouvido sua leitura na presença do preso;
- d) não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

79. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.
- c) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o juiz competente no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) De acordo com os prazos previstos no Código de Processo Penal, caso o indiciado esteja preso, em flagrante, preventiva ou temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias, mas se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias.
- e) Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

80. Será admitida a decretação da prisão preventiva, conforme as regras do art. 313 do Código de Processo Penal:

- a) em razão da garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal
- b) quando houver prova da existência do crime, indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado
- c) de ofício pelo juiz na fase de ação penal
- d) dentre outras hipóteses, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

81. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- e) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.

82. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

83. Em relação às prisões e a liberdade provisória, julgue os itens subsequentes.

- I) O prazo da prisão temporária será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- II) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 2 (dois) anos.
- III) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F.
- b) V, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, V, V.
- e) V, F, F.

84. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.
- b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.
- c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.
- d) Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.
- e) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.

85. Sobre prisões, assinale o item correto.

- a) Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

86. Acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei 9.099/95) e os entendimentos jurisprudenciais dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- a) Caso o acusado beneficiário da suspensão condicional do processo seja processado por contravenção penal, será obrigatória a revogação do seu benefício.
- b) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material e, mesmo descumpridas suas cláusulas, não se pode retomar a situação anterior, impossibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- c) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- d) Por razões de economia processual, a competência do Juizado Especial Criminal será determinada pelo local em que o crime se consumou, ainda que o lugar em que foi praticada a infração penal seja distinto deste.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

87. Acerca do tema provas no processo penal, assinale a assertiva correta:

- a) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva, por exemplo, violência contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.
- b) As provas ilícitas são inadmissíveis e, portanto, não podem servir de parâmetro ao convencimento do magistrado, bastando que sejam anuladas no processo penal;
- c) São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo somente quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente.
- d) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora e, quando não for possível, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- e) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, não sendo facultado ao juiz, em nenhuma hipótese, de ofício, promover a iniciativa probatória.

88. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípuas o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.
- c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.
- d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

89. Em relação ao inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- I) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- II) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- III) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- IV) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

Assinale a alternativa correta.

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) F, V, F, V.

d) V, V, F, V.

e) V, V, V, V.

90. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial sempre que achar necessário.
- b) O inquérito policial, por ser indispensável à persecução penal, acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- d) Concluída a investigação, a autoridade policial elaborará minucioso relatório do que tiver sido apurado, inclusive constando seu juízo de valor acerca dos fatos, e enviará autos ao juiz competente.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

91. Considerando o Ms-Word, versão português em sua configuração padrão, assinale a alternativa que apresenta as funcionalidades correspondentes às respectivas teclas de atalho: Ctrl + X, Ctrl + V, Ctrl + C e Ctrl + P.

Obs. O caractere “+” foi utilizado apenas para a interpretação da questão.

- a) Copiar, Colar, Recortar e Imprimir.
- b) Recortar, Colar, Copiar e Imprimir.
- c) Colar, Copiar, Recortar e Imprimir.
- d) Colar, Copiar, Imprimir e Recortar.
- e) Recortar, Imprimir, Colar e Copiar.

92. Analise o seguinte trecho de uma planilha elaborada no MS-Excel.

	A	B
1		Itens
2		Caneta
3		Borracha
4		Borracha

O botão com uma seta, presente na célula B1, indica que foi ativada a função

- a) Classificar na coluna B.
- b) Classificar na linha 1.
- c) Classificar na planilha.
- d) Filtro na coluna B.
- e) Filtro na linha 1.

93. Considerando o MS-EXCEL, versão português, e a planilha a seguir, assinale a alternativa que apresenta o valor correto que será exibido após a execução da seguinte fórmula:

=B2*C1+B3

	A	B	C	D
1	3	5		
2	1	2	3	
3		10	9	
4				

- a) 0.
- b) 3.
- c) 5.
- d) 10.
- e) 15.

94. Barramento é um conjunto de linhas de comunicação que permitem a interligação entre os componentes do computador. O barramento USB (Universal Serial Bus) é classificado como um barramento de

- a) entrada e saída.
- b) dados.
- c) endereço.
- d) cache.
- e) memória.

95. Sobre conceitos de internet, analise as afirmativas abaixo.

- I. Os browsers são programas desenvolvidos para proporcionar a navegação pela web.
- II. Upload é o processo de obter um arquivo de um computador remoto disponível na rede.
- III. URL é um aplicativo que permite a troca de mensagens entre computadores conectados na internet.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

96. Quando um usuário imprime uma página web, durante a navegação, será impresso alguns elementos identificadores juntamente com o conteúdo da página web. Qual elemento será impresso no rodapé de uma página acessada pelo navegador Google Chrome, em sua configuração original.

- a) hora
- b) URL
- c) título
- e) data
- e) nome

97. O sistema operacional Windows 10 possui um recurso que auxilia na proteção do computador, por meio de avaliações periódicas no disco do computador, na tentativa de encontrar spywares e programas indesejáveis. Esse recurso é o

- a) Firewall do Windows.
- b) Norton Utilities.
- c) Windows Defender.
- d) Windows AntiSpyware.
- e) Windows Update.

98. Durante uma troca de mensagens entre vários colaboradores de uma empresa, o diretor da companhia deseja evitar que a respostas a todos, opção disponível nos principais sistemas de correio eletrônico, gere grande quantidade de e-mails desnecessário para todos. Para evitar isso, mas mantendo a resposta apenas ao diretor, a opção indicada para preencher com os endereços dos destinatários é:

- a) Para
- b) Com cópia oculta (Cco)
- c) Com cópia (Cc)
- d) Assunto
- e) Anexo

99. Periféricos: termo muito utilizado com relação aos computadores. Qual alternativa abaixo contém somente periféricos?

- a) CPU, mouse e processador
- b) Monitor, mouse e teclado
- c) Teclado, slot de memória e pen drive
- d) Fone de ouvido, fonte de energia e cooler
- e) Cooler, impressora e caneta ótica

100. No aplicativo LibreOffice Writer, instalação padrão em Português-BR, assinale a alternativa que apresenta o comando em atalho referente a ação de aplicar a formatação Sublinhado Duplo em uma palavra que esteja selecionada:

- a) Ctrl + Shift + U
- b) Ctrl + B
- c) Ctrl + Alt + B
- d) Ctrl + D
- e) Alt + Shift + seta para baixo

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCERJ-Inspetor-e-Investigador-27-11-2021>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

5

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>